

Acta da Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate – Portugal,

realizada no dia 05/01/2019

Ao quinto dia do mês de Janeiro de 2019, pelas 09h30, reuniu, sob a forma extraordinária, a Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate – Portugal, devidamente convocada, nas instalações do Hotel Praia-Mar, sito na Rua do Gurué nº 16, em Carcavelos, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação de Acta da Assembleia Geral Anterior;
2. Discussão e aprovação do plano de atividades e orçamento para a anuidade de 2019;
3. Informações.

Estiveram presentes 35 delegados de acordo com a correspondente lista de presenças.

Constituída a mesa da Assembleia Geral, dirigida pelo seu presidente Snr. Elísio Sousa e coadjuvado pela Sra. Raquel Seixas e Snr. Manuel Castro, foi dado início aos trabalhos.

Às 10h foi aberta a sessão da Assembleia Geral e iniciaram-se os trabalhos com a aprovação da acta da assembleia geral anterior. A acta foi distribuída em papel aos delegados presentes e após um período de leitura, não houveram intervenções nem foi sugerida qualquer alteração.

Colocada à votação dos 35 delegados presentes, a mesma foi aprovada por maioria com 30 votos a favor e 5 abstenções.

De imediato, às 10h36, a mesa colocou em discussão o segundo ponto da ordem de trabalhos.

O Snr. Presidente da Direção interveio, procedendo à apresentação do plano de atividades e orçamento de 2019.

Na apresentação do plano de atividades, o Presidente referiu que nos objetivos descritos na pág. 3 iria acrescentar dois pontos que estavam omissos: 1) o funcionamento do karate nas escolas e 2) o funcionamento do karate no desporto escolar. Na apresentação do orçamento para o ano de 2019, o Presidente mencionou que na pág. 19, onde se lê “orçamento 2015” deveria ler-se “orçamento 2019” e que esta gralha iria ser retificada.

O delegado Perestrelo solicitou a palavra e referiu que não considerava relevante aparecerem no Plano de Atividades os resultados desportivos alcançados de anos anteriores, neste caso, desde 2009. Referiu, ainda, que na listagem apresentada, estava em falta o 5º lugar da Kata Equipa Sénior Masculino no Campeonato da Europa Seniores, Tampere, Finlândia, 2014. Sugere, ainda, que na linha 1 da pág. 9 seja alterada a denominação de "Resultados obtidos" para "Resultados obtidos desde 2009", uma vez que existem outros anteriores que não estão mencionados.

O Presidente respondeu, mencionando que, no próximo Plano de Atividades já não constarão os resultados alcançados mais antigos, mas apenas os referentes ao ano transato. Justifica que irá manter a lista completa dos resultados obtidos, apenas para futuras reuniões com o IPDJ, por ser uma mais valia na discussão da evolução positiva dos mesmos. Refere, ainda, que irá ser alterada a denominação para "Resultados obtidos desde 2009" e que os anteriores não constam, pois não possui registo nem tem conhecimento dos mesmos. Irá também ser incluído na lista de resultados obtidos, o 9º lugar em Kumite Cadete Masculino -70kg obtido por Albino Sousa no 8º Campeonato do Mundo de Cadetes, Juniores e 3º Sub21, Guadalajara, Espanha.

O delegado Abel Figueiredo iniciou a sua intervenção sugerindo que, de futuro, se deveria incluir uma rubrica no orçamento referente a Recursos Humanos Técnicos, pois considera ser de extrema importância para o programa olímpico.

Em relação à rubrica dos Recursos Humanos, enaltece e dá os parabéns, pelo aumento do orçamento previsto para o ano de 2019, considerando ser bastante relevante para a tutela. Relativamente ao plano de atividades, lança o desafio à Federação Nacional de Karate – Portugal para que dinamize ações de formação gratuitas para os treinadores, apoiadas e comparticipadas pela tutela. Elogiou a compilação de resultados obtidos pela federação desde 2009 e, no seu ponto de vista, considera ser importante existir sempre um relatório que precede o plano de atividades. Por fim, considera que, para 2020 deverá haver um aumento de investimento em Recursos Humanos para um maior crescimento do karate nas 3 vias: a via participativa, a via competitiva e a via de integração paralímpica.

O delegado José Pereira, fez uma intervenção referindo que deveria haver um aumento do número de ações de formação de treinadores promovidas pela federação, uma vez que, ocorreu uma alteração da legislação de renovação das cédulas de treinador, em que houve uma diminuição do tempo de renovação de 5 para 3 anos.

Ainda relativamente ao orçamento, o Presidente da Assembleia Geral referiu que, é necessário contratar mais funcionários e aumentar o orçamento na rubrica organização e gestão da federação. O delegado Melo, concorda com a opinião do Presidente da Assembleia Geral na contratação de mais funcionários e o delegado Joaquim Costa referiu que 15% do orçamento federativo para a rubrica de gestão e organização seria o mínimo.

O delegado Perestrelo fez uma intervenção perguntando se a federação contratou um Diretor Técnico e se o requisitou através do IPDJ.

O delegado Joaquim Fernandes pediu esclarecimentos acerca das despesas do conselho de arbitragem na rubrica Representação Organismos Internacionais.

O Presidente da Direção responde, mencionando que o Conselho de Arbitragem deve constar no orçamento, pois é muito importante para Portugal ter árbitros mundiais na Federação Mundial de Karate (WKF) e refere que a FNK-P, com este orçamento, tem a intenção de apoiar as deslocações ao estrangeiro aos árbitros que participem em campeonatos mundiais. Este apoio, representa um acréscimo de 3% do orçamento. Para além disto, irão haver novos árbitros a fazer formação internacional e a FNK-P tem a intenção de apoiá-los pagando a estadia, sendo que o curso será suportado na íntegra pelos próprios.

Relativamente à sede da Federação e sua organização, o Presidente pede para que, de modo preferencial, os clubes e associações tratem dos assuntos via email, pois o atendimento telefónico constante, prejudica imenso o trabalho administrativo. Considera que, um funcionário para execução de serviço administrativo é suficiente e que irá, em 2019, conforme o contrato programa celebrado com a tutela, contratar um novo funcionário, para efetuar serviço de tesouraria melhorando, assim, o funcionamento da federação. Este será um novo investimento para 2019. Respondeu, à pergunta do delegado Jorge Perestrelo, que a FNK-P contratou um Diretor Técnico Desportivo em Janeiro de 2018 que tem apenas funções técnicas e que solicitou, através do IPDJ, a sua deslocação ou mobilidade para a FNK-P, celebrando um CP para o efeito de suporte financeiro. Refere, ainda, que o objetivo dos seus primeiros anos na Presidência da Federação foi, com bastante esforço, a recuperação e equilíbrio das contas e que agora, a federação já tem algum conforto e estabilidade financeira. Considera, porém, que o Presidente da Direção não deve ser remunerado, mas para 2020 isso já poderá ser ponderado. Irá discutir com o IPDJ possíveis apoios ao Conselho de Arbitragem e à gestão e organização da federação.

No que respeita à formação, o Presidente da Direção considera que as ações de formação programadas serão suficientes, mas caso haja necessidade, poderão ser criadas mais.

O Presidente da Direção anunciou que, irá criar vários conselhos gerais de Norte a Sul do país com o objetivo de se discutir o Karate da via do praticante, tendo em conta a articulação da federação com os estágios associativos de qualidade e, também a realização de exames de graduação federativos. Informou, também, a criação e lançamento da APP da FNK-P, ainda apenas para sistema Android que, de momento, só terá fins informativos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada à votação a aprovação do plano de atividades e orçamento para a anuidade de 2019, tendo sido aprovado por maioria, com uma abstenção. O delegado Carlos Saúde pediu à mesa para justificar a sua abstenção e, referiu que considera que os proveitos próprios da federação mencionados no orçamento, estão ligeiramente abaixo do que a federação pode atingir.

O Presidente da Assembleia Geral fez um elogio e ovação ao árbitro Joaquim Fernandes por ter sido escolhido para arbitrar no campeonato do mundo. Refere que a FNK-P tem recebido muitos elogios de variadas instituições e agradece ao Presidente da Direção e aos delegados, o bom trabalho realizado.

A mesa colocou à discussão o ponto 3 da ordem de trabalhos, informações.

Neste ponto, o delegado Garcês questionou a mesa acerca da exclusão dos delegados que, por ausências não justificadas, tinham perdido o mandato na última Assembleia Geral e da sua respetiva substituição pelos delegados suplentes. O Presidente da AG respondeu que, por lapso, os delegados excluídos ainda não tinham sido notificados e que iria proceder à respetiva notificação, fazendo cumprir os estatutos da federação.

O delegado Abel Figueiredo esclareceu a Assembleia relativamente à alteração à lei que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto (lei 40/2012, de 28/08/2012). Informou que esta já foi aprovada na sua generalidade, mas não na sua especialidade por, ainda, não estar completamente definida. Nesta proposta está em discussão a alteração do tempo de renovação das licenças de treinador de 5 para 3 anos. Nesta mesma alteração, o treinador de desporto de grau 1 passa a ter um espetro maior e mais autónomo de intervenção e, a partir do grau 3, deixa de haver o estágio. Quanto ao RCCV ainda não existe regulamento definido.

Posteriormente, interveio o delegado João Dias que questionou acerca da diminuta frequência de atividades federativas na zona Sul do País, nomeadamente o campeonato Regional de Cadetes e Juniores Sul, que foi realizado em Lisboa. A elevada distância da realização do campeonato regional, devia ser tida em consideração na questão das pesagens. Em caso de não haver mais do que um atleta para competir numa categoria, este tem de se dirigir ao local da prova só para efetuar a pesagem. Também, em caso de esquecimento do cartão de cidadão, a distância não permite o retorno à residência, impedindo a participação na prova. Considera, ainda, que a realização de campeonatos ao domingo (Campeonato Nacional), com horários longos e tardios, torna complicada a participação dos atletas que, sendo jovens, têm de, no dia seguinte, ir às aulas, após longas viagens e com poucas horas de descanso. Pede reflexão e refere que a FNK-P deve ter uma atitude de inclusão dos atletas e não de exclusão. Relativamente a um atleta seu, que no passado campeonato se magoou no nariz, alerta para a diferente decisão do conselho de arbitragem e da equipa médica, tendo em conta que foi permitido ao atleta continuar o combate, que não estava em condições e foi operado no dia seguinte.

O Presidente da Direção responde à questão e diz que não intervém nas decisões da equipa médica, nem do conselho de arbitragem, pois, este, é um órgão autónomo. Quanto ao Campeonato Nacional, menciona que este estava agendado inicialmente para sábado ou domingo mas, por imposição do local da prova, teve de ser realizado no domingo.

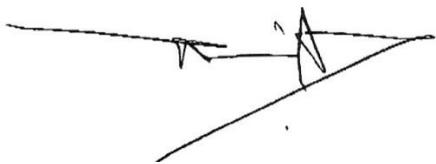
O Presidente do conselho de arbitragem, Joaquim Fernandes, clarifica que, segundo o regulamento, se o médico diz que o atleta pode continuar a prova, o árbitro pode não permitir. Se o médico diz que o atleta não pode continuar a prova, o árbitro tem de corroborar a decisão. Diz ainda que, de futuro, irá ser mais rigoroso e em caso de dúvida não permitirá a continuidade em prova.

No final da Assembleia Geral, o Presidente da Direção solicitou a todos os presentes um minuto de silêncio pelo falecimento do árbitro Paulo Cardoso (APOGK) e do árbitro Alberto Santos (NPK), ambos vítimas de cancro.

Não havendo mais a tratar, lavrou-se esta ata que irá ser assinada pela mesa da Assembleia Geral.

Carcavelos, 5 de Janeiro de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in black ink, consisting of several sharp, angular strokes that form a stylized, abstract shape.

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Desse modo, Antonio Dias de Castro.

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style with a long, sweeping horizontal stroke at the end.